

NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL: CONTRADIÇÕES NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Maria das Graças do Nascimento¹, Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho²

Resumo: O processo de financeirização do capital, ocorrido em meados da década de 1970, transformou profundamente os modelos de acumulação capitalista, promovendo a ascensão da especulação financeira como elemento central da economia, o que gerou impactos diretos no papel do Estado e na manutenção de políticas públicas. Nesse contexto, o problema que orienta a presente pesquisa consiste em analisar de que forma esse processo de financeirização do capital influi na precarização das políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos sociais. Parte-se da hipótese de que a lógica de mercado neoliberal orienta a atuação estatal contemporânea, privilegiando a rentabilidade econômica em detrimento da primazia do interesse público, com suporte do capitalismo financeiro. A pesquisa tem por objetivo geral investigar de que modo a financeirização do capitalismo global tem transformado, ao longo do tempo, os mecanismos de concretização dos direitos fundamentais. Especificamente, busca-se compreender as transformações no aparelho estatal frente à lógica de mercado neoliberal e verificar como essa nova forma de gestão governamental se distancia do ideal preconizado pela Constituição Federal de 1988, ao provocar o esvaziamento das funções públicas do Estado e a fragilização de sua dimensão democrática. Adotou-se o método crítico-dialético, com base em pesquisa bibliográfica e documental, utilizando obras, artigos científicos e dispositivos legais relacionados à temática. Os resultados indicam que, embora as políticas públicas possam produzir efeitos imediatos positivos na redução das desigualdades sociais, sua eficácia revela-se limitada quando subordinada à lógica do mercado neoliberal. Tal paradigma inviabiliza a efetiva diminuição dessas desigualdades, em desconformidade com o disposto no art. 3º, inciso III da Constituição Federal, que trata da erradicação da pobreza e da redução das desigualdades sociais. Assim, repensar os moldes

¹ Acadêmica de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA) e integrante do Laboratório de Análise de Conflito Constitucional Socioeconômico (LACÔNICO/URCA), na Linha de Pesquisa 1: Neoliberalismo, Conflitos Constitucionais Socioeconômicos e Estado de Exceção subjetivo. E-mail: maria.gracas@urca.br.

² Professor do Departamento de Direito, pesquisador-coordenador do Laboratório de análise de Conflito Constitucional Socioeconômico (LACÔNICO/URCA), pesquisador do Grupo de estudos e pesquisas em Direitos humanos fundamentais – GEDHUF/URCA, pesquisador do Grupo de Análise de Políticas Públicas Intersectorial – GAPPI/UFRN. E-mail: djamiro.acipreste@urca.br.

X SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA
XXVIII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA
10 a 14 de NOVENBRO de 2025

Tema: “UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AGENDA 2030”



das políticas sociais, de modo que se orientem prioritariamente pelo interesse público, mostra-se fundamental para assegurar a concretização dos direitos sociais e a preservação dos princípios democráticos.

Palavras-chave: Financeirização. Capitalismo. Democracia. Direitos Sociais. Neoliberalismo.

Agradecimentos:

Agradeço ao Laboratório de Conflitos Constitucionais Socioeconômicos (LACÔNICO), por tornar a pesquisa acadêmica um processo de aprendizado e emancipação profundamente enriquecedor.